

Nome do Requerente: MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 01 (uma) diária integral, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020, no valor total de R\$ 558,47, à Dra. MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA, Corregedora-Geral Substituta do MPPE, para participar de Inspeção no interior do estado, a se realizar em Buíque/PE, no dia 19/06/2024, com saída no dia 18 e retorno em 19/06/2024. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.1868.0012759/2024-88

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e passagens

Data do Despacho: 17/06/2024

Nome do Requerente: HENRIQUE DO REGO MACIEL SOUTO MAIOR

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020, no valor total de R\$ 2.383,70. 3. Autorizo a emissão de passagens aéreas nos termos da IN PGJ nº 09/2023, ao Dr. HENRIQUE DO REGO MACIEL SOUTO MAIOR, 1º Promotor de Justiça Criminal de Cabo de Santo Agostinho e membro do GAECO, para participar do curso Workshop Cooperação no Combate às Fraudes Bancárias Eletrônicas, a se realizar em Brasília – DF, no período de 05 a 07/06/2024, com saída no dia 05 e retorno em 07/06/2024. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Chefe de Gabinete

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA Nº 08ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024 - CSMP

Recife, 5 de junho de 2024

EXTRATO DA ATA DA 08ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 05 de junho de 2024

Horário: 14h

L o c a l :
<https://www.youtube.com/channel/UC464Hy9Q9YByF3NvNkmcq3Q>
Presidência: Dr. MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO, Presidente do Conselho Superior

Conselheiros Presentes: Dr. PAULO ROBERTO LAPENDA FIGUEIROA - Corregedor-Geral, Drª. LÚCIA DE ASSIS, Dr. SILVIO JOSÉ MENEZES TAVARES, Drª. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO, Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS, Dr. EDSON JOSÉ GUERRA, Drª. MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA
Presidente da AMPPE: Drª. Deluse Amaral Rolim Florentino
Secretária: Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

Consustanciada em ata eletrônica e gravada em áudio (Formato Vídeo/MP3). Dando início aos trabalhos, o Presidente cumprimentou todos os presentes e solicitou que a Secretária desse prosseguimento com a verificação da constituição do quórum regimental. Com a correspondente constituição do quórum regimental, registrada a ausência justificada da Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, foi passada a palavra ao Presidente, que declarou aberta a sessão e começou a tratar dos assuntos previstos em pauta: I – Comunicações da Presidência: O Presidente saudou todos e anunciou uma homenagem com entrega de certificados, passando a palavra para a Secretária para que explicasse melhor. Com a palavra, a Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães esclareceu que houve um trabalho muito grande relacionado ao acervo numeroso e conhecido do Conselho Superior para ultrapassar as dificuldades. Contou que parte do trabalho foi resolvido com a

alocação de analistas no CSMP, mas que outra parte do trabalho, após o julgamento dos quase 19.000 (dezenove mil) processos, restou pendente, qual seja, a preparação daqueles processos para encaminhamento ao Arquivo Histórico do Ministério Público. Continuou dizendo que, para tanto, auxiliares administrativos e estagiários foram disponibilizados para a unidade a fim de cuidar desse material, o que exigia limpar, selecionar, preparar, tudo observando as regras de arquivologia. Acrescentou que os homenageados naquele ato foram colocados no grupo e demonstraram total compromisso e dedicação com o trabalho, de maneira que, até outubro de 2023, o trabalho foi concluído, inclusive com a alimentação de planilhas próprias e as devidas guias no SEI. Informou que foram 18.910 (dezoito mil novecentos e dez processos). Adicionou que os homenageados foram capazes de realizar o trabalho com muita dedicação, responsabilidade, competência e empenho, destacando o quão jovens são os integrantes do grupo, razão pela qual se entendeu que se deveria louvar essa iniciativa, esse trabalho e por isso merecia destaque na sessão do Conselho, que se entendem os dois dias mais importantes do mês, com a presença dos Conselheiros, do Procurador-Geral, da Associação e da Secretaria. Esclareceu, então, que foram feitos certificados de reconhecimento e pediu para que o Dr. Marcos Antônio Matos, Presidente do CSMP e Procurador-Geral de Justiça, fizesse a entrega daqueles aos homenageados: as auxiliares administrativas Maria Rafaela Monteiro de França, Rayra Nascimento de Lima, Letícia Luise Gomes Abem Athar Correia, Alice Muccini de Vasconcelos e o ex-estagiário Bruno Nascimento Campelo Ferreira. Dr. Marcos Antônio Matos esclareceu que, regimentalmente, não era um certificado concedido pelo Conselho Superior, uma vez que não foi submetido ao Colegiado, mas que se tratava de uma iniciativa da Secretaria do CSMP, não deixando, por conta disso, de ser um reconhecimento. Registrou, ainda, ser emblemático aquele reconhecimento durante a sessão, na presença dos Conselheiros. Com a palavra, Dr. Aguinaldo Fenelon relembrou sua história no Conselho, sobretudo enquanto Procurador-Geral de Justiça, e disse abraçar as palavras de Dra. Ana Carolina de Sá Magalhães, bem como que o gesto tinha a sua aprovação e certamente dos demais conselheiros, pois acreditava que todos que trabalham auxiliando os Procuradores e Conselheiros mereciam reconhecimento. Destacou que as servidoras e funcionárias do CSMP eram um exemplo para todos do Ministério Público pela forma, honestidade, competência, envolvimento, amor ao Ministério Público e a humildade que têm quando era solicitado algo, as vezes até repetidamente. Garantiu que, se pudesse, daria nota dez vezes dez, mas, como não podia, deixava o registro de seu depoimento como ex-Procurador-Geral de Justiça e, hoje, Conselheiro do Ministério Público pernambucano. Incitou todos os presentes a aplaudirem os homenageados. Novamente com a palavra, Dra. Ana Carolina de Sá Magalhães destacou a tecnicidade do trabalho, pois era necessária a observância de diversas regras bem definidas pelo Arquivo Geral para recebimento daqueles documentos, um trabalho que facilitou, inclusive, a localização dos procedimentos. Ressaltou a importância de se ter humildade de valorar o trabalho do outro. Ato contínuo, o Presidente passou a chamar cada um dos homenageados e leu o conteúdo do certificado: “Registramos elogio à auxiliar administrativo Maria Rafaela Monteiro de França, matrícula 041708, lotada no Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, como forma de reconhecimento por ter desempenhado com dedicação, senso de responsabilidade e competência a atividade de arquivamento físico de 18.910 (dezoito mil novecentos e dez) processos do acervo desta unidade, sendo motivo de orgulho e inspiração para aqueles que fazem parte do Ministério Público de Pernambuco”. Todos os demais homenageados foram chamados e receberam os respectivos certificados. Finalizadas as entregas, o Presidente parabenizou Dr. Sílvio Tavares, Dr. Aguinaldo Fenelon e Dr. Edson Guerra pelos títulos conquistados no torneio de futebol, ocorrido no Paraná. Por fim, anunciou a abertura de edital para provimento, por remoção, do cargo de 5º Procurador de Justiça Criminal de Caruaru, em virtude da aposentadoria da Dra. Ana

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Marcos Antônio Matos de Carvalho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

COORREGEDOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

CORREGEDORA-GERAL SUBSTITUTA
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUIVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

Marcos Antônio Matos de Carvalho
(Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Sílvio José Menezes Tavares
Christiane Roberta Gomes de Farias Santos
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Lúcia de Assis
Aguinaldo Fenelon de Barros
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Maria do Amaral Marinho. II – Comunicações dos Conselheiros e da Presidente da AMPPE: Dr. Paulo Lapenda alinhou-se às palavras de Dr. Aguinaldo Fenelon e registrou que Dr. Marcos Antônio Matos estava sempre enaltecendo as pessoas que fazem pelo Ministério Público. Ressaltou que servidores do Conselho, numa atividade árdua e de responsabilidade, conseguiram arquivar um acervo absurdo, que se acumulava há anos. Destacou que o Presidente, sem alardear seu ponto de vista e sua presença, evidenciava o nome do Ministério Público de Pernambuco. Afiançou que fazia questão de registrar o que havia dito, uma vez que havia se emocionado quando viu bravos servidores/funcionários, naquela sessão, dando show com suas belezas e competências e que não aparecia o Procurador-Geral de Justiça, mas sim o Ministério Público. Adicionou que não sabia que estava acontecendo toda aquela luta, em silêncio, toda aquela laboriosa tarefa por aqueles heróis que livraram o Conselho Superior de um acervo tão triste e pesado. O Presidente, na sequência, agradeceu as palavras do Dr. Paulo Lapenda, mas disse transferi-las para a Dra. Ana Carolina de Sá Magalhães, porque se tratava de um trabalho interno que não se tem dimensão dele e que contou com a sensibilidade dela. Na sequência, Dra. Maria Ivana Botelho externou sua satisfação e alegria em presenciar aquele reconhecimento e registrou que Dra. Ana Carolina de Sá Magalhães, com sua sensibilidade, meiguice, competência e olhar de gestora, viu e reconheceu esse esforço de todo o pessoal, estendendo ao Dr. Marcos Antônio Matos por dar espaço a isso e por valorizar também. Afiançou que o Ministério Público é um esforço de todos e todas que nele trabalham e que a instituição se faz cada vez mais forte por momentos como aquele. Parabenizou, então, a Secretária e o Presidente por terem tido a sensibilidade e por permitirem que os conselheiros participassem daquele momento, agradecendo pela oportunidade de participarem daquela experiência. Dr. Edson, Guerra, com a palavra, registrou que, durante tanto tempo, esses funcionários empenharam-se para essa entrega tão importante para o Ministério Público desses processos que vinham esquecidos no depósito e, agora, todos resgatados e que farão parte de um acervo perpétuo para o Ministério Público. Asseverou que é uma ação muito importante para a instituição esse reconhecimento, o valor que se pode atribuir a uma missão tão bem cumprida e tão bem executada por excelentes funcionários. Parabenizou, então, a administração e os funcionários exemplares que deram conta da missão. Em seguida, Dr. Silvio Tavares cumprimentou os presentes e parabenizou pelo gesto presenciado por todos. Disse que aqueles que vivenciam o Ministério Público, que estão na frente do combate, sabem o quanto é importante esse apoio, essa estrutura que se tem por trás de suas atividades, pois que é uma engrenagem, trabalhando todos juntos. Acrescentou que a participação dos terceirizados, que acaba se unindo ao objetivo maior da instituição, era fantástico. Recordou que já participou do Conselho em momento anterior e posterior e sabia o quanto era complicado. Ressaltou que não era o trabalho de separar e fotografar, pois há uma série de atividades estabelecidas pelo Arquivo Geral, em lei inclusive, e que não se poderia fazer de qualquer forma. Diante desse acervo grande, a capacidade de trabalho das funcionárias terceirizadas foi realmente digna de elogio. Parabenizou a gestão pelo gesto de reconhecimento delas nessa atividade. Agradeceu, por sua vez, a menção em relação ao torneio nacional, destacando a importância do evento não apenas pela confraternização, mas também pelo cuidar da saúde mental e física, destacada pela atual gestão. Por fim, relatou que a Dra. Christiane Roberta de Farias seria homenageada, naquela data, na reunião solene em homenagem ao Dia do Meio Ambiente, pelos trabalhos que ela realizou no Ministério Público, especialmente na situação dos lixões. Registrou que era motivo de satisfação e orgulho da instituição ter uma colega da dimensão da Dra. Christiane Roberta em frente inclusive do CAOP Meio Ambiente. O Presidente, então, parabenizou a Dra. Christiane Roberta de Farias pelo trabalho desempenhado. Com a palavra, Dra. Giani Maria do Monte parabenizou todos os envolvidos no processo, servidores, terceirizados que tiveram o compromisso e a

sensibilidade para perceber a seriedade do seu trabalho, pois não se está falando de papel, de número, e sim da razão de ser do Ministério Público, de uma parte do Ministério Público, do Conselho Superior. Disse ficar emocionada ao ver pessoas no auge de sua juventude com essa percepção, o que era digno de toda reverência. Registrou que Dra. Ana Carolina Paes merecia o reconhecimento não só pelo destaque, mas também pela coordenação do trabalho e de ter percebido que realmente precisava-se daquela homenagem. Assinalou que se, atualmente, os conselheiros trabalham só com os sistemas eletrônicos é porque aqueles quase 19.000 (dezenove mil) processos físicos foram objeto de um trabalho árduo de quem veio antes, da Secretária, das outras formações do Conselho. Por último, parabenizou Dra. Christiane Roberta de Farias, abraçando as palavras de Dr. Silvio Tavares, uma vez que ela é uma referência em direito ambiental e que possui um trabalho que será lembrado por muitas gerações dentro do estado inteiro. Novamente com a palavra, o Presidente falou da importância de se registrar, diante dos quase 19.000 (dezenove mil) processos, o trabalho realizado por todas as composições anteriores, secretários, secretárias, servidores, porque, se havia esse quantitativo de processos no arquivo, houve também um trabalho de gestões passadas no sentido de modernizar o regimento interno, o plenário virtual, que foi fundamental para que se zerasse aquele passivo enorme. Acrescentou que tudo é uma contribuição de gestões, de composições, dos servidores, mas principalmente dos servidores que trabalham mais no anonimato, então, fazer esse gesto de reconhecimento na presença do Conselho Superior, órgão da administração superior, dá mais peso. Na sequência, Dra. Lúcia de Assis afirmou se filiar as palavras dos demais conselheiros e parabenizou a Dra. Ana Carolina Paes pelo gesto de reconhecimento ocorrido, pois conhecia a existência do enorme trabalho de bastidores, bem como o Procurador-Geral de Justiça pela iniciativa em fazer esse reconhecimento. Associou-se também às homenagens à Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos por sua excelente atuação no meio ambiente e pelo prêmio que receberia, logo mais, da Câmara Municipal de Recife. Com a palavra, a Dra. Deluse Florentino saudou todos e deu suas congratulações à gestão pela iniciativa, algo que a tocou bastante, pois acreditava que um dos grandes valores do ser humano é a gratidão, o reconhecimento, por gratidão, é fundamental e estimula ainda mais a equipe, já que o apoio está trabalhando em prol da prestação de um melhor serviço à sociedade pernambucana por meio da instituição. Juntou-se também às felicitações à Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias, a qual iria receber justa homenagem, no Dia do Meio Ambiente, por tudo que ela tem feito pela pauta. Agradeceu e expressou sua alegria pelos resultados obtidos no último Campeonato Nacional de Futebol Society, realizado pela CONAMP. Recordou que havia sido instada, quando assumiu seu mandato, para dar apoio a equipe de futebol, mas não compreendeu a importância e a dimensão do evento, que é o segundo maior evento da CONAMP após o Congresso Nacional. Disse que foram levados 26 (vinte e seis) atletas e, somando os familiares, formou-se uma comitiva de 45 (quarenta e cinco) pessoas. Convidou os associados para a festa de São João, que ocorrerá no dia 14 de junho, na Di Branco da Torre. Registrou que não foi possível a participação na 1ª edição do Beach Tênis, mas que, na próxima edição, haverá a participação da associação. Lembrou que haveria eleições para a Associação do Ministério Público de Pernambuco, na sexta-feira (07/06/2024), das 09h às 17h, sendo eletrônica, mas que, havendo disponibilidade, poderia o interessado, votar presencialmente na Associação. Por fim, recordou que haveria o Congresso CONAMP Mulher, um evento de defesa dos direitos das mulheres no âmbito da CONAMP, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de junho, no auditório do MPDF, em Brasília. O Presidente, em seguida, registrou que haveria a festa junina do Instituto, que ocorreria na sexta-feira (07/06/2024), às 19h, no Manhattan. III – Aprovação da Ata da 07ª Sessão Ordinária/2024: Colocado em apreciação o extrato da ata da 07ª Sessão Ordinária do CSMP, realizada em 29/05/2024 foi aberta a discussão. O Presidente, então, submeteu o extrato da ata da 07ª Sessão Ordinária do

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Marcos Antônio Matos de Carvalho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

COORREGEDOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

CORREGEDORA-GERAL SUBSTITUTA
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

Marcos Antônio Matos de Carvalho (Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Silvio José Menezes Tavares
Christiane Roberta Gomes de Farias Santos
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Lúcia de Assis
Aguinaldo Fenelon de Barros
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mpe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

CSMP/2024 à discussão e à votação, tendo sido aprovados à unanimidade dos votantes. IV – Processos apreciados na 21ª Sessão Virtual/2024: O Presidente registrou, de acordo com § 5º do art. 35 do Regimento Interno do CSMP, que decorreu o prazo de julgamento, sem oposição dos Conselheiros ou interessados, dos processos da 21ª Sessão Virtual, realizada no período de 27 a 31 de maio de 2024, cuja relação foi publicada no Diário Oficial do dia 24/05/2024. Colocada em votação, o Colegiado, à unanimidade, aprovou a homologação dos votos da referida sessão virtual (Anexo I). Com a palavra, a Secretária solicitou que fosse registrado em ata, embora de conhecimento de todos, que o trabalho que foi feito com os processos físicos estava diretamente ligado ao trabalho da servidora Úrsula Kelly Guedes de Souza, que orientou e inspirou os jovens, pois como visto, os homenageados eram pessoas muito jovens. Acrescentou que a servidora era organizada e muito responsável e de fato inspiradora, de maneira que ela fora luz naquele trabalho. Narrou que a servidora levou as informações sobre o trabalho gigantesco da equipe e a importância de se valorizar o jovem, pois, por vezes, acha-se que o trabalho é pequeno - muitos são auxiliares administrativos – e, na verdade, esse trabalho tem uma importância gigantesca e serve para a vida. Revelou que o reconhecimento feito naquela sessão inspirava para a vida. Diante disso, gostaria de prestar suas homenagens para Úrsula Souza por essa orientação. O Presidente, então, instou todos a uma salva de palmas. V – Informações constantes da pauta: V.I – Instaurações de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Preparatórios: 02236.000.006/2022, 01882.000.199/2024, 01882.000.135/2024, 01882.000.545/2023, 01882.000.211/2024, 01882.000.190/2024, 02154.000.024/2024, 02299.000.496/2023, 02299.000.015/2024, 01882.000.259/2024, 01882.000.192/2024, 01671.000.036/2023, 01671.000.001/2023, 02338.000.004/2024, 01882.000.246/2024, 01882.000.245/2024, 02072.000.007/2024, 01701.000.142/2023, 02050.000.471/2024, 01920.000.219/2023, 02302.000.400/2023, 02338.000.002/2024, 02053.001.736/2023, 01882.000.247/2024, 02053.001.745/2023, 02053.001.753/2023, 01882.000.196/2024, 02053.001.752/2023, 02299.000.242/2023, 01882.000.249/2024, 01882.000.524/2023, 01882.000.218/2024, 01670.000.115/2024, 02050.000.726/2023, 01789.000.025/2023, 01882.000.237/2024, 02050.000.551/2024, 02053.001.743/2023, 01670.000.116/2024, 02053.001.742/2023, 01882.000.260/2024, 02140.000.606/2023, 02257.000.026/2023, 02256.000.090/2023, 01671.000.013/2022, 01882.000.228/2024, 01882.000.267/2024, 01671.000.064/2021, 02144.000.264/2023, 01882.000.269/2024, 01973.000.096/2024, 01973.000.087/2024, 01973.000.058/2024, 01979.000.033/2024, 01671.000.035/2023, 02309.000.011/2024, 02050.000.729/2023, 02236.000.014/2023, 02049.000.016/2024, 01882.000.270/2024, 01882.000.272/2024, 01699.000.167/2023, 01882.000.232/2024, 02286.000.040/2023, 01725.000.060/2024, 02302.000.400/2023, 01412.000.188/2023, 01412.000.187/2023, 01412.000.245/2023, 02240.000.017/2024, 01882.000.279/2024, 02240.000.018/2024, 01882.000.278/2024, 02240.000.016/2024, 02240.000.021/2024, 02240.000.026/2024, 02240.000.019/2024, 01973.001.065/2023, 01973.000.866/2024, 01979.000.051/2024, 02240.000.022/2024, 02240.000.023/2024, 01876.000.147/2024, 02240.000.025/2024, 02240.000.024/2024, 02165.000.015/2024, 02165.000.009/2024, 01973.001.027/2023, 01866.000.063/2023, 01838.000.027/2024, 01866.000.561/2023, 01866.000.015/2024, 02144.000.371/2023, 01975.000.325/2023, 02053.001.862/2023, 02053.000.754/2024, 02053.000.245/2024, 02053.001.872/2023, 02053.001.873/2023, 02007.000.543/2023, 02158.000.476/2023, 01891.000.246/2024, 02144.000.254/2023, 02144.000.366/2023, 01882.000.248/2024, 01866.000.252/2024, 01866.000.251/2024, 01866.000.253/2024, 01866.000.250/2024, 01866.000.254/2024, 01866.000.257/2024, 01866.000.256/2024, 01866.000.316/2023, 02236.000.038/2022, 02053.000.251/2024,

01926.000.164/2023, 02158.000.277/2022, 02236.000.039/2023, 02236.000.033/2022, 02236.000.015/2023, 02286.000.040/2023, 02236.000.033/2022, 01973.001.275/2023, 02236.000.015/2023, 01973.001.038/2023, 01972.000.086/2024, 02236.000.039/2023, 01973.001.201/2023, 01789.000.077/2024, 02271.000.056/2023, 02299.000.473/2023, 02236.000.038/2022, 02011.000.219/2024, 02158.000.574/2022, 02158.000.027/2023, 02053.002.129/2023, 02053.000.122/2024, 02053.002.430/2023, 02053.000.163/2024, 02053.000.228/2024, 02053.000.151/2024, 02207.000.079/2024, 01703.000.059/2024, 01871.000.390/2022, 02237.000.005/2024, 01703.000.058/2024, 01703.000.060/2024, 01689.000.034/2022, 02207.000.091/2024, 02207.000.092/2024, 01660.000.316/2022, 02412.000.341/2023, 01689.000.035/2022, 01882.000.048/2024, 02053.000.745/2024, 02257.000.002/2024, 02142.000.248/2023, 02053.000.082/2024, 02053.000.273/2024, 02053.002.083/2023, 02053.000.155/2024, 02053.000.227/2024, 02053.000.171/2024, 01703.000.063/2024, 01703.000.061/2024, 01703.000.062/2024, 01926.000.164/2023, 02411.000.036/2024, 01973.001.051/2023, 01979.000.340/2024, 01973.000.159/2024, 01979.000.341/2024, 01979.000.342/2024, 02412.000.408/2023, 02412.000.277/2024, 02412.000.728/2023, 02053.001.829/2023, 01671.000.001/2023, 02411.000.035/2024, 02412.000.730/2023, 01876.000.134/2024, 02328.000.043/2024, 01882.000.290/2024, 01973.000.192/2024, 02053.000.165/2024, 02053.000.294/2024, 01972.000.126/2024, 01689.000.036/2022, 01671.000.043/2023, 02782.000.014/2024; V.II – Conversão de PP's em IC's: 02014.000.517/2023, 01975.000.325/2023, 02009.000.843/2023, 02009.000.845/2023, 02009.000.850/2023, 02009.000.851/2023, 02009.000.862/2023; V.III – Prorrogação de Prazo: 02050.000.212/2022, 02050.000.994/2022, 02243.000.107/2024, 02309.000.105/2024, 01872.000.050/2020, 02159.000.051/2022, 02140.001.186/2021, 01979.000.219/2022, 02053.002.242/2020, 02070.000.482/2022, 02053.001.941/2021, 02053.002.151/2020, 02053.001.279/2020, 02053.002.208/2022, 02053.003.060/2021, 02053.002.153/2020, 01866.000.086/2022, 02009.000.356/2022, 02153.000.029/2021, 02009.000.522/2022, 01884.000.572/2021, 01866.000.107/2022, 02308.000.075/2024, 02309.000.066/2024, 02308.000.061/2024, 02158.000.425/2020, 02070.000.055/2023, 02070.000.010/2022, 01689.000.037/2022, 01689.000.001/2024; V.IV – Declínio de Atribuição: 02011.000.218/2024; V.V – Termo de Ajustamento de Conduta – TAC: 02053.003.106/2022, 02053.003.116/2022, 02053.003.117/2022, 02053.003.118/2022, 02053.003.120/2022, 02053.003.121/2022, 02053.003.122/2022, 02053.003.123/2022, 02053.003.124/2022, 02053.003.172/2022, 02053.001.159/2023, 01648.000.027/2024, 01702.000.035/2024; V.VI – Recomendação: S/N, S/N, 02030.000.005/2024, S/N, 02289.000.115/2023, 01961.000.026/2024. VI – Julgamento do SEI 19.20.0303.0021832/2021-52 – Relator: Dr. EDSON JOSÉ GUERRA: o(a) relator(a) apresentou o relatório e declarou que já havia discutido a matéria com os demais Conselheiros e que eles acharam por bem debater com os Procuradores de Justiça Criminais. Ponderou que seria adequado abrir essa nova discussão, embora ela já tenha sido feita, mas que não via problema algum em retirar de pauta o procedimento. Assim, solicitou a retirada de pauta. Dr. Aguinaldo Fenelon, então, manifestou-se no sentido de que gostaria de se reunir com alguns colegas procuradores para debater o tema, bem como de que gostaria de consultar a Corregedoria, para que saísse algo com o consenso de todos. Respondendo questionamento de Dra. Giani do Monte, o relator explicou que a proposta original foi alterada pelo voto de Dr. Carlos Vitório, uma vez que ele propôs a devolução do saldo remanescente que estivesse com o procurador substituto, ao final do seu exercício, para a Coordenação. Contou que essa proposta foi aprovada, mas posteriormente à sua aprovação, Dr. Fernando Barros oficiou solicitando alteração e essa alteração, isto é, a proposta original

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Marcos Antônio Matos de Carvalho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

COORREGEDOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

COORREGEDORA-GERAL SUBSTITUTA
Márcia Ivana Botelho Vieira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Márcia Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

Marcos Antônio Matos de Carvalho (Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Sílvio José Menezes Tavares
Christiane Roberta Gomes de Farias Santos
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Lúcia de Assis
Aguinaldo Fenelon de Barros
Márcia Ivana Botelho Vieira da Silva



Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

foi aprovada em uma reunião administrativa e publicada no DOE, mas foi apresentada para homologação do Conselho em sessão ordinária seguinte, ocasião em que Dr. Carlos Vitorio questionou o procedimento adotado para alterar, em reunião administrativa, o que já havia sido decidido, à unanimidade, em sessão, isto é, voltou a vigorar - até hoje - que os processos permanecem, por 30 dias, com o promotor ou procurador que estiver no exercício simultâneo. Confessou que entendia que essa alteração atenderia à necessidade, resolutividade e eficiência, e contou que, diante de sua experiência em Caruaru, achou por bem propor um acréscimo ao item 3.6, qual seja, sempre que possível, o Coordenador designaria um analista para assessorar o Procurador que estava vinculado ao processo, mas não estava no exercício, a saldar, colaborar na elaboração das manifestações. Destacou que via que as Coordenadorias tinham um poder de gestão muito interessante, pois têm a prerrogativa de auxiliar nos recursos humanos e tecnológicos necessários. Com a palavra, Dra. Giani Maria do Monte expressou ter entendido o que ocorrera e levantou a questão de que a instrução normativa estava sendo usada e não era questionada, mas que se tratava de um assunto extremamente delicado porque, de um lado, tem o promotor de justiça, que é convocado e durante a convocação acumula sua promotoria de justiça, destacando que se tratava de atuação criminal, em que se tem audiência todo dia, de maneira que muitas vezes ele não teria condição de devolver com a manifestação quando encerra a convocação. Por outro lado, como sustentou a Conselheira, tem-se a inviabilidade da convocação quando o promotor de justiça é convocado e devolve o saldo de processos sem se manifestar. Declarou, então, acreditar na possibilidade de se chegar em um denominador comum. Solicitou, então, que se registrasse em ata que a discussão da matéria deveria incluir a Coordenação das Procuradorias Criminais da Capital e da Regional para que não houvesse duas formas de trabalhar. Dr. Edson Guerra destacou que havia encaminhado o processo para todos os coordenadores. Dr. Paulo Lapenda esclareceu que, na época, Dr. Fernando Barros reclamou que alguns promotores por convocação recebiam trinta processos e devolviam do mesmo jeito, de forma que seria uma maneira de vincular. O Presidente, então, anunciou a retirada de pauta, a pedido do relator, e inverteu a pauta para julgar, em ato contínuo, o item VIII, considerando a participação da recorrente e o pedido do relator. VII – Julgamento do SEI 19.20.0239.0012307/2024-61 – Relator: Dr. EDSON JOSÉ GUERRA: o relator apresentou o relatório e seu voto "no sentido de ser deferido o pedido de alteração da tabela de substituição automática das Promotorias de Justiça Criminais da Capital com atribuições nas Execuções Penais, nos termos propostos pelos Promotores de Justiça interessados". Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade dos presentes, deferiu o pedido e aprovou a alteração da tabela de substituição nos termos do voto do relator. VIII – Julgamento do SIM 01884.000.325/2023 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS: presentes, por meio virtual, a recorrente e o seu representante na sessão, a(o) relator(a) questionou se dispensava-se a leitura do relatório, ao que todos anuíram. Diante disso, a parte interessada, por meio de seu representante, o Dr. Marcelo Magno Avelim de Vasconcelos, OAB/PE 34.914, fez uso da palavra, requerendo o arquivamento do procedimento, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovisionamento do recurso, mas considerando o pedido formulado pela interessada, quando da sustentação oral, o relator acolheu preliminarmente o pedido de desistência do recurso, confirmando-se o arquivamento do auto. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade e preliminarmente, acolheu o pedido de desistência do recurso, mantendo-se o arquivamento do procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). IX – Julgamento do SIM 01677.000.123/2020 – Relator: Dr. SILVIO JOSÉ MENEZES TAVARES: garantido o sigilo legal, em sessão fechada, O(a) relator(a) apresentou seu voto pela homologação do ANPC celebrado, bem como pelo arquivamento do procedimento em epígrafe, tendo o colegiado, à unanimidade dos votantes, registrado o impedimento do Dr. Edson José Guerra, conhecido e votado nos mesmos termos do

voto do(a) relator(a); X – Julgamento do SIM 02271.000.103/2021 – Relatora: Dra. LÚCIA DE ASSIS: garantido o sigilo legal, em sessão fechada, O(a) relator(a) apresentou seu voto pela homologação do ANPC celebrado, bem como pelo arquivamento do procedimento em epígrafe, tendo o colegiado, à unanimidade dos votantes, conhecido e votado nos mesmos termos do voto do(a) relator(a). O Presidente, então, agradeceu a todos e declarou encerrada a sessão.

AVISO CSMP Nº 096/2024

Recife, 18 de junho de 2024

De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO, Presidente do Conselho Superior, publicamos, em anexo, a relação de procedimentos com prorrogações de prazos apreciados, monocraticamente, pelo Conselho Superior do Ministério Público, no período 10 a 14 de junho de 2024, conforme disposto no artigo 23º, § 2º, da Lei nº 8.429/92.

Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
Promotora de Justiça
Secretária do CSMP

AVISO CSMP Nº 097/2024

Recife, 18 de junho de 2024

REMOÇÃO DE 1ª ENTRÂNCIA

O EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO RESOLVE PUBLICAR, APÓS APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE, NA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO REFERIDO ÓRGÃO COLEGIADO, OS EDITAIS DE REMOÇÃO DE 1ª ENTRÂNCIA, CONFORME ANEXO.

INFORMA AINDA QUE O TUTORIAL PARA INSCRIÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SITE DO MPPE, EM INTITUCIONAL ->CONSELHO SUPERIOR->INSTRUMENTOS JURIDICOS->MOVIMENTAÇÃO DE MEMBROS.

Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
Secretária do CSMP

AVISO CSMP Nº 098/2024

Recife, 18 de junho de 2024

PROMOÇÃO PARA 2ª ENTRÂNCIA

O EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO RESOLVE PUBLICAR, APÓS APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE, NA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO REFERIDO ÓRGÃO COLEGIADO, OS EDITAIS DE PROMOÇÃO PARA 2ª ENTRÂNCIA, CONFORME ANEXO.

INFORMA AINDA QUE O TUTORIAL PARA INSCRIÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SITE DO MPPE, EM INTITUCIONAL ->CONSELHO SUPERIOR->INSTRUMENTOS JURIDICOS->MOVIMENTAÇÃO DE MEMBROS.

Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
Secretária do CSMP

AVISO CSMP Nº 099/2024

Recife, 18 de junho de 2024

REMOÇÃO DE 2ª ENTRÂNCIA

O EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO RESOLVE PUBLICAR, APÓS APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE, NA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO REFERIDO ÓRGÃO COLEGIADO, OS EDITAIS DE REMOÇÃO DE 2ª

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Marcos Antônio Matos de Carvalho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

COORDENADOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

CORREGEDORA-GERAL SUBSTITUTA
Mária Ivana Botelho Vieira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUIDORA
Mária Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

Marcos Antônio Matos de Carvalho
(Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Silvio José Menezes Tavares
Christiane Roberta Gomes de Farias
Santos
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Lúcia de Assis
Aguinaldo Fenelon de Barros
Mária Ivana Botelho Vieira da Silva



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Ata da 08ª Sessão Ordinária CSMP – 05.06.2024

ANEXO I**Processos da 21ª Sessão Virtual homologados pelo CSMP/2024**

Processos Diversos	
Nº	Conselheiro (a): Drª. LÚCIA DE ASSIS
1.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARASSU Procedimento nº 02050.000.785/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Manoel Macarrão e município de Igarassu Objeto: apurar suposta utilização de recursos públicos da Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu para favorecimento pessoal de gestora e de empresas.
2.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARASSU Procedimento nº 02050.000.315/2022 — Inquérito Civil Interessados: Severino de Souza Silva e Câmara Municipal de Igarassu. Objeto: apurar eleição antecipada da mesa da Câmara Municipal de Igarassu.
3.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GRAVATÁ Procedimento nº 01651.000.074/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Município de Chã Grande Objeto: apurar utilização de mecanismos de publicidade para promoção político-partidária nas ações institucionais do município.
4.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PETROLÂNDIA Procedimento nº 01695.000.134/2022 — Inquérito Civil Interessados: Bartolomeu Gomes Petrolândia, Janielma Ferreira Rodrigues Souza, Prefeitura Municipal de Petrolândia Objeto: apurar os gastos realizados com verba pública nas festividades de São Francisco de Assis e 46ª Missa dos Vaqueiros, na cidade de Petrolândia/PE.
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRANDIBA Procedimento nº 01686.000.021/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Oswaldo Kury Zaidan Júnior, Câmara Municipal de Carnaubeira da Penha/PE Objeto: apurar irregularidades em contratações realizadas pela Câmara de Vereadores de Carnaubeira.
6.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.001.405/2020 — Inquérito Civil Interessados: Maria José Rodrigues, Distrito Sanitário V Objeto: apurar situação de vulnerabilidade vivenciada por pessoa idosa.
7.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 01776.001.746/2021 — Inquérito Civil Interessados: Heloisa Dantas de Oliveira Puorro, Anderson Neves, Rhaldney Silva de Assis, Djalma Miguel da Silva Objeto: apurar supostas irregularidades praticadas por membros do Conselho Tutelar.
8.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARASSU Procedimento nº 02050.000.118/2021 — Inquérito Civil Interessados: Procuradoria de Araçoiaba Objeto: apurar possíveis irregularidades na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e insumos pela gestão anterior no município de Araçoiaba.
9.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGOA GRANDE Procedimento nº 01681.000.135/2022 — Inquérito Civil

	Interessados: MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA SILVA Objeto: apurar realização de procedimento médico de laqueadura em gestante em situação de gravidez de risco.
10.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02142.000.341/2022 — Inquérito Civil Interessados: Secretaria de Saúde de Jaboatão dos Guararapes Objeto: apurar possíveis descumprimentos da política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.
11.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01872.000.337/2020 — Inquérito Civil Interessados: Deilson Freire Mororó, Câmara de Vereadores de Petrolina Objeto: apurar irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que julgou irregulares as contas da respectiva Mesa Diretora da Câmara Municipal de Petrolina/PE, relativa ao exercício financeiro de 2006.
12.	26ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.000.723/2020 — Inquérito Civil Interessados: MARCOS SÉRGIO BARBOSA DA SILVA Objeto: apurar possível acumulação irregular de cargos públicos por servidor público.
13.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01879.000.127/2021 — Inquérito Civil Interessados: Capricom Frigorífico e Consultoria Especializada Ltda Objeto: apurar supostas irregularidades em abatedouro localizado no distrito de Rajada.
14.	13ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.477/2022 — Inquérito Civil Interessados: Empresa de Reciclagem Só Sucata Objeto: apurar poluição ambiental causado descarte de lixo no Canal do Arruda e nas calçadas por parte da empresa de reciclagem.
15.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01878.000.755/2022 — Procedimento Preparatório Interessados: Andreia Meline da Silva, Secretaria de Saúde de Pernambuco Objeto: apurar realização de tratamento cirúrgico pela rede pública de saúde.
16.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERTENTES Procedimento nº 01791.000.208/2022 — Inquérito Civil Interessados: Município de Vertentes, Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco e Governo do Estado de Pernambuco Objeto: apurar suposto ato de improbidade administrativa por depredação de patrimônio público
17.	35ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.000.285/2023 — Inquérito Civil Interessados: Luiz Barbalho Barreto Objeto: apurar a falta de balizadores noturnos nas torres da TELEMAR.
18.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02140.000.004/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE - NEOENERGIA, Natasha Coelho Figueiredo Nóbrega Objeto: apurar eventuais irregularidades pela suspensão do serviço de energia elétrica no Conjunto Catamarã.
19.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA Procedimento nº 01979.000.347/2023 — Procedimento Preparatório

	Interessados: Mercadinho Kipreço Objeto: apurar irregularidades sanitárias em estabelecimento comercial de gênero alimentício.
20.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JUREMA Procedimento nº 01677.000.126/2020 — Inquérito Civil Interessados: Tribunal de Contas de Pernambuco e município de Jurema Objeto: apurar possíveis irregularidades praticadas pelo gestor da Prefeitura de Jurema no exercício de 2016.

Nº	Conselheiro (a): Drª. CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUIPAPÁ Procedimento nº 01699.000.110/2020 — Inquérito Civil Interessados: Banco do Brasil - Agência Quipapá Objeto: apurar a reativação da agência bancária Banco do Brasil no município de Quipapá/PE.
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERREIROS Procedimento nº 01659.000.079/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Prefeita de Camutanga Objeto: apurar irregularidades na promoção pessoal da Prefeita de Camutanga.
3.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGOA DOS GATOS Procedimento nº 01581.000.014/2022 — Inquérito Civil Interessados: Câmara de Vereadores do Município de Lagoa dos Gatos/PE Objeto: apurar irregularidades verificadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no bojo do Processo T.C. 20100141-0.
4.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MORENO Procedimento nº 02266.000.062/2022 — Inquérito Civil Interessados: Sindicato dos Profissionais em Educação de Moreno - SINPREMO Objeto: apurar utilização irregular de recursos da educação básica no Município de Moreno.
5.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.051/2021 — Inquérito Civil Interessados: Escola Municipal Alice Vilar, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes. - SINPROJA Objeto: apurar possíveis irregularidades estruturais na Escola Municipal Alice Vilar.
6.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACAPARANA Procedimento nº 01585.000.004/2020 — Inquérito Civil Interessados: Paulo Barbosa da Silva Objeto: possíveis irregularidades na Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Macaparana/PE no exercício financeiro de 2016, apontadas no Processo TC nº 1724257-5
7.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PETROLÂNDIA Procedimento nº 01695.000.135/2022 — Inquérito Civil Interessados: Município de Petrolândia Objeto: possíveis irregularidades e/ou malversação do dinheiro público no processo licitatório nº 041/2018, Pregão presencial nº 023/2018
8.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA Procedimento nº 02199.000.201/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Gilson Fernando do Nascimento e José Ferreira do Nascimento

	Objeto: possível situação de risco de pessoa idosa
9.	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.001.770/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Symonne de Albuquerque Medeiros Objeto: possível acumulação irregular de cargos públicos
10.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.823/2022 — Inquérito Civil Interessados: Belarmina Lins José Objeto: defesa da pessoa idosa
11.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALOÁ Procedimento nº 01703.000.014/2021 — Procedimento Preparatório Interessados: Valdir Lopes Ferreira e José Ailton Carlos Objeto: possíveis irregularidades na comercialização de carne no açougue municipal
12.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OROCÓ Procedimento nº 01689.000.043/2022 — Inquérito Civil Interessados: Hospital Eulina Novaes Bione Objeto: possíveis irregularidades apontadas em inspeção sanitária realizada no Hospital Eulina Novaes Bione

Nº	Conselheiro (a): Dr ^a . GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO ALFREDO Procedimento nº 01675.000.017/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Rebeca de Holanda Pacheco Gusmão Objeto: possível acumulação ilegal de cargos públicos
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TACARATU Procedimento nº 01717.000.055/2020 — Inquérito Civil Interessados: Município de Tacaratu Objeto: possíveis irregularidades detectadas pelo relatório de fiscalização da CGU
3.	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.000.285/2023 — Inquérito Civil Interessados: Câmara Municipal do Recife Objeto: possíveis irregularidades envolvendo o controle de produtividade e frequência dos servidores da Câmara Municipal do Recife
4.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.489/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: creche Barra de Jangada Objeto: possíveis irregularidades envolvendo a gestão da creche Barra de Jangada
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE GRAVATÁ Procedimento nº 02261.000.092/2020 — Inquérito Civil Interessados: creche Barra de Jangada Objeto: possíveis irregularidades envolvendo a gestão da creche Barra de Jangada
6.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.358/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Severino José de Araújo Objeto: possível situação de vulnerabilidade de pessoa idosa

7.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.003.070/2022 — Inquérito Civil Interessados: Lanchonete Coxinha e Companhia Objeto: supostas irregularidades sanitárias de funcionamento na Lanchonete Coxinha e Companhia
8.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.076/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Antonio Carlos Alves de Lima Arantes, Maria Alice de Arantes e SASSEPE Objeto: possível negativa de videoendoscopia digestiva
9.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUIPAPÁ Procedimento nº 01699.000.090/2020 — Inquérito Civil Interessados: Maria Cinara da Silva e Município de Quipapá Objeto: possível ato de improbidade administrativa
10.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01926.000.087/2023 — Inquérito Civil Interessados: SAMU Objeto: possível ato de improbidade administrativa
11.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PETROLÂNDIA Procedimento nº 01695.000.104/2022 — Inquérito Civil Interessados: Elielson Ferreira e Câmara Municipal Objeto: suposta ilegalidade na aquisição de combustíveis pela Câmara Municipal
12.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAMARACÁ Procedimento nº 01669.000.016/2022 — Inquérito Civil Interessados: Francisco Bizerra Rufino e Município da Ilha de Itamaracá Objeto: possível ato de improbidade administrativa
13.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GRAVATÁ Procedimento nº 02261.000.009/2022 — Inquérito Civil Interessados: Natália Manuele da Silva Sousa Objeto: possível acumulação irregular de cargos públicos
14.	36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02010.000.025/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Estado de Pernambuco Objeto: apurar as medidas adotadas para a realização de licitação pública do Sistema de Transporte de Passageiros Intermunicipal
15.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.918/2020 — Inquérito Civil Interessados: Hélio Júlio de Andrade Lima Objeto: possível comercialização de produtos hortícolas com presença de agrotóxicos proibidos ou em quantidade acima do permitido pela legislação ambiental
16.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.067/2022 — Inquérito Civil Interessados: Mariza Castelo Branco Pereira Primo e Hapvida Assistência Médica Ltda. Objeto: possíveis irregularidades perpetradas pela Hapvida Assistência Médica Ltda.

Nº	Conselheiro (a): Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACAPARANA

	<p>Procedimento nº 01684.000.049/2022— Inquérito Civil Interessado(s): Iolanda Mendonça de Santana Objeto: Apurar suposto acúmulo indevido de cargos na Prefeitura Municipal de Macaparana/PE</p>
2.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01871.000.219/2020— Inquérito Civil Interessado(s): Câmara Municipal de Caruaru Objeto: Apurar suposta ausência de concurso público na Câmara Municipal de Caruaru</p>
3.	<p>1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMOEIRO Procedimento nº 02098.000.147/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Prefeitura de Limoeiro, Marcos Antônio Marques da Silva Objeto: Apurar supostas irregularidades na saúde pública de Limoeiro</p>
4.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01871.000.003/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Construtora JMV Ltda– ME, Município de Caruaru Objeto: Apurar possível fraude a processo licitatório para execução de serviços de remoção e realocação de cercas</p>
5.	<p>27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.000.641/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Prefeitura da Cidade do Recife, George Mario de A. Silva Gusmão Objeto: Apurar suposto não cumprimento de carga horária por parte de servidor da Prefeitura do Recife, cedido ao Sindicato dos Odontologistas do Estado de Pernambuco</p>
6.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE CAMARAGIBE Procedimento nº 02220.000.221/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): José Carlos Pereira, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Camaragibe Objeto: Apurar suposto recebimento indevido de verba pública por suplente, exercendo o cargo de Conselheiro Tutelar, nos anos de 2020 a 2022</p>
7.	<p>1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01866.000.318/2023 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Colégio Exato Prime Objeto: Apurar possíveis irregularidades de âmbito pedagógico e na estrutura física do Colégio Exato Prime</p>
8.	<p>1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PESQUEIRA Procedimento nº 02256.000.212/2021— Inquérito Civil Interessado(s): Prefeitura Municipal de Pesqueira Objeto: Apurar e acompanhar as condições de acessibilidade na sede da Prefeitura Municipal de Pesqueira/PE</p>
9.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO ALFREDO Procedimento nº 01675.000.024/2023— Procedimento Preparatório Interessado(s): Secretaria de Saúde de João Alfredo, Érika Fernandes Objeto: Apurar possível negativa de fornecimento de medicamentos, alimentos e atendimentos médicos à criança com deficiência</p>
10.	<p>26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.001.595/2023 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Humberto Rafael de Andrade Silva, Governo do Estado de Pernambuco Objeto: Apurar suposto descumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo Governo do Estado de Pernambuco</p>

Nº	Conselheiro (a): Dr. EDSON JOSÉ GUERRA
1.	SIM 01695.000.165/2023 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Petrolândia Interessado(s): Secretaria de Serviços Urbanos Petrolândia Objeto: Apurar supostos danos ao calçadão destinado para caminhada, localizado na Orla de Petrolândia, bem como ausência de iluminação pública no local
2.	SIM 01718.000.198/2022 Origem: Promotoria de Justiça de Tamandaré Interessado(s): Romero da Costa Miranda Objeto: Apurar invasão irregular de área pública de competência municipal
3.	SIM 01882.000.424/2023 Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru Interessado(s): Conselho Tutelar de Caruaru Objeto: Apurar possível situação de risco vivenciadas por crianças em aparente vulnerabilidade social
4.	SIM 02008.000.031/2024 Origem: 20ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Interessado(s): Bar do Luciano, Secretaria Executiva de Controle Urbano – SECON Objeto: Apurar suposto funcionamento irregular de estabelecimento comercial
5.	SIM 02009.000.999/2022 Origem: 35ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Interessado(s): A sociedade Objeto: Apurar possível risco de acidentes em obra executada em edifício residencial no Bairro de Boa Viagem
6.	SIM 02308.000.160/2023 Origem: 2ª Promotoria de Justiça Cível de Palmares Interessado(s): Admilson Barbosa de Souza Objeto: Apurar possível situação de risco em imóvel decorrente da falta de saneamento básico e de providências administrativas de contenção de risco por parte da Prefeitura de Palmares
7.	SIM 01654.000.008/2020 Origem: Promotoria de Justiça de Cortês Interessado(s): Prefeitura de Cortês Objeto: Apurar o Processo Licitatório nº 011/2020 – Pregão Presencial SRP nº 006/2020
8.	SIM 01879.000.595/2023 Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina Interessado(s): Poliane Dias dos Santos, Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina Objeto: Apurar suposta violação do direito à saúde de usuário do SUS
9.	SIM 01891.000.924/2023 Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão Dos Guararapes Interessado(s): Unidade Escolar e Hotelzinho Aquarela do Saber, Secretaria Municipal de Educação de Jaboatão dos Guararapes Objeto: Apurar possível situação de vulnerabilidade vivenciada por crianças na Unidade Escolar e Hotelzinho Aquarela do Saber
10.	SIM 01926.000.016/2021

	<p>Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda Interessado(s): Secretária de Educação do Município de Olinda Objeto: Apurar possíveis irregularidades no Procedimento Licitatório no 080/2015, Pregão Presencial no 020/2015, da Secretaria de Educação do Município de Olinda</p>
11.	<p>SIM 01998.000.993/2023 Origem: 27ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Interessado(s): Secretária Executiva da Mulher do Estado de Pernambuco Objeto: Apurar supostas irregularidades no pagamento de servidores no âmbito da Secretaria Executiva da Mulher</p>
12.	<p>SIM 02014.000.197/2023 Origem: 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Interessados: Maria Materna, Maria do Amparo de Arruda Melo, Marcela Maria de Arruda Objeto: Apurar suposta situação de violação aos direitos individuais indisponíveis de pessoa idosa</p>
13.	<p>SIM 02014.000.455/2021 Origem: 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Interessado(s): Rute Elizabete dos Santos, familiares, Policlínica Agamenon Magalhães Objeto: Apurar suposta situação de violação de direitos vivenciada por pessoa idosa</p>
14.	<p>SIM 02090.000.108/2023 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Garanhuns Interessado(s): Município de Garanhuns, Sivaldo Rodrigues Albino, Catarina Fábila Tenório Ferro Objeto: Apurar suposto nepotismo decorrente da contratação da esposa do subprefeito do Distrito de Iratama, para administração do ponto de apoio da UBS do sítio Estrela</p>
15.	<p>SIM 02144.000.308/2023 Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão Dos Guararapes Interessado(s): Claudete Soares de Pontes, Viver Colégio e Curso Objeto: Apurar possível tratamento desigual e preconceituoso a estudante da educação inclusiva</p>
16.	<p>SIM 02144.000.585/2021 Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes Interessado(s): Ivanize Francisca Seabra, Joselito Seabra da Silva Objeto: apurar suposta situação de maus-tratos vivenciada por pessoa idosa</p>
17.	<p>SIM 02198.000.087/2021 Origem: 1ª Promotoria de Justiça Cível de São Lourenço da Mata Interessado(s): Hercules Pinheiro Santos Objeto: Apurar possível uso indevido de valor destinado a ajuda financeira para Tratamento Fora Do Domicílio – TFD</p>
18.	<p>SIM 02199.000.044/2021 Origem: 2ª Promotoria de Justiça Cível de São Lourenço da Mata Interessado(s): Prefeitura de São Lourenço da Mata Objeto: Apurar o cumprimento de medida liminar concedida em Ação Civil nº 875.2015.8.17.3350 e implementação de políticas públicas de proteção aos cães e gatos abandonados</p>

19.	SIM 02220.000.106/2023 Origem: 2ª Promotoria de Justiça Cível de Camaragibe Interessado(s): Secretaria de Segurança Pública de Camaragibe Objeto: apurar supostas irregularidades no recebimento de gratificações por integrantes da guarda municipal de Camaragibe
20.	SIM 02291.000.370/2021 Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arcoverde Interessado(s): Mérilin Ramonike dos Santos Gouveia, Secretaria Municipal de Saúde de Arcoverde Objeto: Fiscalizar a observância do princípio da publicidade dos atos administrativos no Município
21.	SIM 02326.000.143/2021 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Cabo de Santo Agostinho Interessado(s): Paulo Farias do Monte, Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho Objeto: Apurar suposta irregularidade na contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados em contabilidade pública de assessoria e consultoria nas áreas contábil, financeira e de gestão fiscal
22.	SIM 02326.000.715/2023 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Cabo de Santo Agostinho Interessado(s): 15ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital, Carlos Frederico Cabral da Silveira Objeto: Colaboração para notificação do médico Carlos Frederico Cabral da Silveira, servidor deste Município do Cabo de Santo Agostinho
23.	SIM 02090.000.701/2023 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Garanhuns Interessado: Município de Garanhuns, Atual Construtora e Serviços Objeto: Apurar a legalidade da tomada de preços nº 004/2019, que ensejou a celebração do contrato nº 053/2019
24.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.716/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: SYMPLA internet soluções S.A; Augusto Henrique Barbosa Oliveira Objeto: ausência de direito ao arrependimento
25.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01882.000.438/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Givanilson Ferreira; Paulo Curi; Abimael Santos Objeto: prática de propaganda irregular por candidato a conselheiro tutelar
26.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01877.000.313/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Igreja Evangélica Assembleia de Deus; Objeto: perturbação de sossego
27.	7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02145.000.857/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: José Alberto do Nascimento Júnior, vulgo “Betinho”; Gabriel Philipe Araújo de Souza Objeto: irregularidades praticadas por parte de candidato ao Conselho Tutelar Regional 4
28.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01872.000.260/2021 — Inquérito Civil

Interessados: Prefeitura de Petrolina; Roberto Kennedy Marques de Queiroz – ME Objeto: apurar a regularidade do processo licitatório nº 055/2015 (Pregão Presencial nº 025/2015)

Nº	Conselheiro (a): Dr^a. MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA
1.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PETROLÂNDIA Procedimento nº 01695.000.190/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Said Souza; Prefeitura de Petrolândia; Brunno Silva; Bruno Marques Objeto: apurar supostas doações irregulares de bem público
2.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AFOGADOS DA INGAZEIRA Procedimento nº 02251.000.318/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Valentim Cordeiro Ramos; Prefeitura de Afoogados da Ingazeira Objeto: fornecimento de medicamentos
3.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.225/2023 — Inquérito Civil Interessados: Eki Alimentos Ltda. Objeto: apurar condições sanitárias de funcionamento.
4.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERREIROS Procedimento nº 01659.000.094/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Selma Vidal da Rocha Silva; Eiry Lany Rosas da Silva Cavalcanti Objeto: acumulação indevida de cargos públicos
5.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.003.055/2022 — Inquérito Civil Interessados: Restaurante Alho e Óleo Ltda. Objeto: apurar irregularidades sanitárias de funcionamento
6.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02140.000.911/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Antônio Bezerra dos Santos Objeto: apurar irregularidades no acesso aos serviços de saúde na USF Curado III.
7.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE Procedimento nº 02243.000.089/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: a sociedade Objeto: internação para tratamento contra às drogas
8.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BODOCÓ Procedimento nº 01640.000.012/2022 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Granito Objeto: investigação sobre processos licitatórios no âmbito da administração pública municipal de Granito no ano de 2018
9.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.015/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: a sociedade Objeto: necessidade de realização de cirurgia em pessoa idosa
10.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.778/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Tim Celular S.A.; Deivson Felipe da Silva Objeto: não oferta de chip 5G aos clientes pré-pagos
11.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARASSU Procedimento nº 02050.000.140/2020 — Inquérito Civil Interessados: Câmara Municipal de Igarassu

	Objeto: nomeação de comissionado em detrimento dos aprovados em concurso público da Câmara de Vereadores de Igarassu.
12.	35ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.000.394/2022 — Inquérito Civil Interessados: COMPESA; Secretaria de Habitação do Recife – SEHAB; Thiago de Lima Pereira Objeto: investigar a obstrução de esgotamento no Conjunto Habitacional da Torre, localizado na rua José Holanda, nº 1000, bairro da Torre, Recife/PE
13.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE GRAVATÁ Procedimento nº 02335.000.101/2022 — Procedimento Preparatório Interessados: a sociedade Objeto: assédio sexual contra funcionária da Prefeitura de Gravatá por parte do Secretário de Segurança Pública
14.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO ALFREDO Procedimento nº 01675.000.236/2021 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de João Alfredo Objeto: apurar as medidas adotadas pelo Município de João Alfredo para garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas escolas.
15.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.000.201/2023 — Inquérito Civil Interessados: Secretaria-Executiva de Controle Urbano do Recife Objeto: investigar a execução de obra sem a observância das normas de segurança na Rua João Eugênio de Lima, n.º 143, no bairro de Boa Viagem, Recife/PE
16.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELO JARDIM Procedimento nº 02230.000.343/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Carmem Silvana Andrade Galvão; Prefeitura de Belo Jardim Objeto: recebimento de vencimentos do Município de Belo Jardim sem exercer a função
17.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARCOVERDE Procedimento nº 02286.000.063/2022 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Arcoverde Objeto: apurar possível irregularidade no processo de seleção de gestor escolar no Município de Arcoverde, realizado no ano de 2022
18.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERREIROS Procedimento nº 01659.000.044/2021 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Ferreiros Objeto: apurar a situação da assistência farmacêutica do Município de Ferreiros/PE.
19.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01926.000.141/2021 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Olinda Objeto: fiscalização da licitação e contratação de serviço para limpeza urbana no município de Olinda
20.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO Procedimento nº 02326.002.014/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: Gilvanete Cabral de Mendonça Objeto: acúmulo irregular de vínculos públicos